

A INFLUÊNCIA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO AMBIENTE ESCOLAR: PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS

ROSANGELA KARPINSKI ODORIZZI¹; FERNANDA MACHADO AZAMBUJA DE SOUZA²; LIDIANE AFFONSO DE OLIVEIRA³; SIMONE GONÇALVES DA SILVA⁴

¹*Universidade Federal de Pelotas – karpinskiodorizzirosangela@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – fernanda.faculda@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – lidianeaffonso1504@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido na disciplina Escola, Cultura e Sociedade VII, do Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas, que tem como objetivo estudar currículo e as teorias curriculares.

A proposta do estudo é realizar uma pesquisa relacionada ao desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas, seu papel e impacto na educação básica e por meio de um questionário compartilhado com professoras atuantes na educação básica. A discussão possibilita ampliar a compreensão acerca das diferentes realidades escolares com a inserção da BNCC. Para fundamentação teórica, utiliza-se: SILVA (2016) que trata da constituição do campo do currículo e suas perspectivas; VIERA e FEIJÓ (2018) apresentam reflexões sobre a BNCC como um processo de padronização e mercantilização do ensino.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O estudo teve a intencionalidade de compreender a influência do documento da BNCC no ambiente escolar e realidade das professoras, como procede o desenvolvimento da aplicação e o funcionamento da proposta curricular nacional nas escolas, a partir da perspectiva das professoras.

Por meio da utilização de um questionário semiestruturado, contendo dezesseis questões, com perguntas relacionadas a formação inicial e continuada, tempo de profissão, atividades exercidas, disciplinas ministradas, nível da formação básica em que leciona, o que pensam das mudanças propostas pela BNCC e em relação a padronização de habilidades e competências para o desenvolvimento do ensino, a existência de possíveis contribuições de professores para o planejamento do documento e como é realizada esta contribuição.

Com a finalidade de tornar a pesquisa mais acessível foi disponibilizado um formulário digital e encaminhado para as professoras que possuímos contato. Buscamos entrar em contato com o máximo de professores/as possíveis, todavia houve dificuldade em encontrar um número superior a cinco professoras, porém consideramos satisfatória a colaboração e os dados disponibilizados pelas professoras que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. As professoras participantes são das mais diversas áreas da educação básica e com a finalidade de preservar a identidade das mesmas foram identificadas por letras do alfabeto (A, B, C, D, E). Em relação ao tempo de atuação na escola de cada participante foram obtidos os seguintes dados: A participante “A” afirma que atua há mais de 20

anos, a participante “B” afirma que trabalha entre 15 e 20 anos, as participantes “C” e “D” atuam entre 7 a 15 anos, já a participante “E” leciona há mais de 20 anos. Ademais, foi constatado que todas as docentes lecionam na rede pública, entre elas apenas duas atuam na rede pública e privada.

Por meio das contribuições feitas pelas professoras para o desenvolvimento da nossa pesquisa, bem como os estudos teóricos realizados foi possível desenvolvermos compreensões acerca da relação da BNCC com a interação docente, suas influências e possíveis contradições no meio escolar.

Na avaliação dos resultados obtidos através do formulário foi possível analisar diferentes compreensões acerca do papel da BNCC na escola, ressaltando tanto sua relevância quanto as limitações de acordo com as perspectivas das docentes entrevistadas em relação à sua formulação e implementação. Ao responderem acerca da compreensão sobre a proposta da BNCC e das propostas curriculares do estado e do município, todas as participantes confirmaram saberem da existência do documento, mas também destacaram a falta de envolvimento na elaboração da BNCC, o que, segundo elas, impacta sua aplicação nas escolas.

Ao comentarem sobre as vantagens identificadas na proposta de um currículo nacional foram mencionadas: Segundo a participante “A” “Como principal vantagem, vejo a oportunidade de garantir que todos os estudantes tenham acesso a um conjunto de conhecimentos essenciais, independente da escola ou região do país em que estudem”, a docente “B” menciona “A vantagem é garantir que todo aluno, independentemente do local que habita, receba a oferta de conteúdos que visem a aquisição das mesmas habilidades, fornecendo uma base para que o aluno tenha continuidade no seu cronograma de estudos, mesmo se necessário mudar de região de moradia, e evitando a interferência político partidária nas decisões das habilidades a serem trabalhadas”, a professora “C” destaca que “Existem várias vantagens: dentre elas garantia do direito e aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, promover a equidade educacional, possibilitando coerência do sistema educacional”, a educadora “D” comenta que “O professor ter como se seguir para dar boas aulas e com sequências para um bom ensino” e por fim a participante “E” relata que “É um instrumento importante para combater desigualdades regionais, sociais e econômicas, pois contribui para uma educação onde todos os estudantes tenham acesso aos mesmos conteúdos e desenvolvam as mesmas competências e habilidades, com igualdade equidade, além de possibilitar que os alunos, caso necessitem serem transferidos de uma escola para outra, tenham menos dificuldade de adaptação curricular”.

As respostas estão próximas com o que é defendido na BNCC. Pois, a base nacional se apresenta como um documento orientador do ensino básico brasileiro em que se pretende estabelecer as aprendizagens e competências necessárias, apresentando-se como uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento de uma educação universal, neutra e eficiente (BRASIL, 2018).

De acordo com as respostas desenvolvidas pelas professoras é possível perceber como é unânime a concepção de que a BNCC possui como objetivo auxiliar no desenvolvimento do ensino e também busca promover uma igualdade educacional, além de definir um parâmetro de habilidades e competências que devem ser aplicadas nas escolas. As entrevistadas também concordam que o currículo nacional visa uniformizar o ensino entre as redes pública e privada, com o intuito de promover equidade educacional. Em síntese, apresenta uma padronização e homogeneização do currículo.

Ao relatarem sobre as desvantagens, as participantes destacaram: De acordo com a professora “A” “Falta de preparação e conhecimento por parte dos

professores. E também a BNCC não considera as diversidades regionais", a docente "B" mencionou que "Uma desvantagem seriam propostas menos individualizadas por regiões, assim como, a revisão e discussão destas habilidades, por parte dos professores efetivos da educação, para análise e reorganização das mesmas a cada curto período de tempo, a ser estabelecido", a educadora "C" apontou que "A BNCC foi elaborada em meio a conflitos políticos e sem participação social, sofrendo pressões de grupos de interesse", a professora "D" menciona que "Algumas temáticas acho que deveriam ser melhores pensadas" e por fim a docente "E" afirma que "O documento poderia ser construído de forma mais efetivamente mais participativa".

No entanto, por mais que as docentes façam a afirmação de que a BNCC visa garantir oportunidade e equidade no ensino há também a discussão crítica relacionada a falta de participação docente e a organização unilateral do documento. Através desta contradição analisada por meio das respectivas respostas das professoras é possível perceber como este discurso promovido pela Base de promover um ensino eficiente, igualitário e participativo não reflete a situação do ensino básico brasileiro haja vista os relatos da realidade escolar expressos pelas docentes.

Nas teorias de currículo de SILVA (2016), propõe uma visão ampla e crítica. Elas não são apenas sobre o que deve ser ensinado, mas sobre como essas escolhas refletem práticas sociais e culturais. É perceptível as disputas de poder acerca de qual o conhecimento deve ser ensinado na sociedade.

A partir dessa discussão, os autores VIEIRA e FEIJÓ (2018, p.38) destacam o aspecto da noção de competências presente na BNCC "podemos ver como elas se transformam em objetivos de aprendizagem" e de tal modo determinam o conhecimento a ser selecionado, ensinado e valorizado e como podem ser aferidos, centralmente através de avaliações internacionais. Outra questão é a "imprecisão do conceito de competência", que desconsidera a realidade educacional brasileira e a precarização do trabalho docente. Sendo assim, "colocar o conhecimento escolar a serviço do desenvolvimento de competências é uma forma de redução dos saberes sociais à condição de simples objetos a serviço da sociedade de mercado – conhecimento como mercadoria".

Percebemos a partir disso que para a educação voltada a lógica privada seu projeto societário está interessado na economia e focado no sucesso individual, já para a educação relacionada à concepção democrática e coletiva seu projeto societário preocupa-se com interesses de caráter social e humanizado. Portanto, cabe a reflexão sobre qual projeto a Base mais se aproxima ao definir o conhecimento necessário e útil, validado pela noção de competências.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, através da pesquisa realizada foi possível manifestar as lacunas presentes na BNCC e a sua distância da realidade dos contextos escolares apresentados. Buscamos identificar como a Base possui um caráter regulatório que visa a formação de determinados sujeitos e como sua lógica ideológica vai de encontro aos ideais empresariais que configuraram a educação como um bem apto a venda, ou seja, o conhecimento como commodity suscetível a venda e compra priorizando unicamente o lucro.

Dessa forma, é perceptível como a Base é insuficiente, não condiz com a realidade escolar e suas competências não priorizam a formação de um cidadão crítico, plural e pleno diferente do discurso neutro e equitativo ao qual ela se propõe a proporcionar.

Ao fim e ao cabo, através da análise feita a partir das informações obtidas pelas professoras percebemos como se faz mais do que necessário e urgente a demanda pela construção de um documento orientador que realmente promova um sistema educacional de qualidade, responsável pela qualificação de sujeitos capacitados, ativos na sociedade e com senso crítico e social. Além disso, visualizamos que para garantir um sistema educacional comprometido com a formação plena dos sujeitos somente em uma sociedade e sistema econômico voltados a justiça social será capaz de tornar isso de fato realidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

VIEIRA, Jarbas Santos; FEIJÓ, José Roberto de Oliveira. **A Base Nacional Comum Curricular e o conhecimento como commodity**. Educação Unisinos, v. 22, n. 1, p. 35-43, jan.-mar. 2018.